



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Concurso Público para provimento de cargos de**  
**Analista Judiciário - Área Judiciária**  
**Especialidade Execução de Mandados**

Opcao de Cargo C03, Tipo 1  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
<b>Conhecimentos Gerais</b> <b>Conhecimentos Específicos</b>

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
    - corresponde a sua opção de cargo.
    - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
  - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
  - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Fevereiro/2004

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**Maioridade penal**

*Foi brutal o assassinato do casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em São Paulo. Nada justifica um crime dessa natureza. O país está chocado. A participação de um menor no delito torna o caso ainda mais dramático. A pergunta está nas ruas: não seria o caso de reduzir a maioridade penal?*

*De acordo com pesquisa realizada, antes do crime, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, 89% dos brasileiros são favoráveis à redução da idade-limite para 16 anos. É natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cerca, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema. O Estado, contudo, deve agir racionalmente. A redução da maioridade, em primeiro lugar, fere o princípio, consagrado no Direito brasileiro, de que o jovem é um ser em formação. O adolescente pode e deve ser punido pelo que faz de errado, mas a sanção precisa ter caráter predominantemente educativo. É absolutamente falso afirmar que a legislação não pune menores. A maior pena a que eles podem ser condenados é de três anos. É verdade que o caráter pedagógico da punição raramente se verifica. Não são tão diferentes as condições desumanas de nossos presídios e das unidades da Febem.*

*Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. Mesmo porque não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. Parte da criminalidade juvenil pode ser explicada pelo fato de organizações criminosas se utilizarem de menores (e sua suposta impunidade) para “puxar o gatilho” no lugar de adultos. Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças – o que, aliás, já ocorre em algumas situações. O que fazer então? Reduzir ainda mais a maioridade penal? Para 15, 14, 10 anos de idade?*

*Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá, além da necessária repressão policial, uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.*

(Folha de S. Paulo, editorial, 13/11/2003)

1. O redator desse editorial julga que a maioridade penal
- (A) deve ser reduzida apenas para o caso específico de participação do jovem em delito brutal e injustificável, tal como o referido no primeiro parágrafo.
  - (B) não deve ser de modo algum reduzida, uma vez que os menores encarcerados deixam de receber orientação pedagógica, equiparando-se aos presos comuns.
  - (C) deve ser mantida nos termos da legislação em vigor, atentando-se para o caráter educativo das sanções, negligenciado na maioria dos casos.
  - (D) deve ser mantida nos termos da legislação em vigor, resguardando-se as ações pedagógicas que vêm caracterizando a aplicação das sanções.
  - (E) não deve ser de modo algum reduzida, pois haveria dificuldades na tramitação de uma lei que fere um princípio já consagrado no Direito brasileiro.

2. Considerando-se as controvérsias acerca da redução da maioria penal, manifesta-se no texto, explícita ou implicitamente, uma relação antitética entre
- I. a opinião do editorialista e a opinião da maioria dos brasileiros.
  - II. a posição da Ordem dos Advogados do Brasil e a posição do Estado.
  - III. o modo de avaliação do cidadão comum e o modo que cabe ao Estado.
- Completa corretamente o enunciado APENAS o que está em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) I e III.

3. A precisa convicção de que *não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir* é defendida com o seguinte argumento:
- (A) o recrutamento de menores para a prática de crimes só será incrementado, a curto prazo, se ocorrerem medidas que visem à inclusão social.
  - (B) o recrutamento de menores, promovido pelos bandidos, passaria a ocorrer em faixas de idade ainda mais reduzida.
  - (C) as soluções drásticas, ditadas pelo clima de emoção, contrariam o princípio da racionalidade, que é básico no Direito.
  - (D) todas as crianças infratoras passariam a ser encarceradas na Febem, recebendo os mesmos tratamentos que sofrem os criminosos nos presídios.
  - (E) todas as crianças infratoras perderiam de vez o direito à assistência pedagógica, deixando de ser reconhecidas como seres em formação.

4. O segmento do texto em que o termo sublinhado está empregado de acordo com uma acepção indicada em dicionários é:
- (A) *acuado pela obscena violência* = que choca pela vulgaridade, pela crueldade.
  - (B) *torna o caso ainda mais dramático* = repleto de peripécias, de aventuras.
  - (C) *ferir o princípio* = tocar, tanger.
  - (D) *recrutar um contingente mais jovem* = fortuito, aleatório.
  - (E) *o caráter pedagógico da punição* = feitiço moral.

5. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem*, o segmento sublinhado ficará
- (A) os bandidos passarão a ter recrutado um contingente mais jovem.
  - (B) um contingente mais jovem será recrutado pelos bandidos.
  - (C) um contingente mais jovem passasse a ser recrutado pelos bandidos.
  - (D) um contingente mais jovem passe a ser recrutado pelos bandidos.
  - (E) os bandidos passem a ser recrutados por um contingente mais jovem.

6. É adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:
- (A) O adolescente poderia e devesse ser punido pelo que faria de errado, mas a sanção precisava ter caráter predominantemente educativo.
- (B) A pergunta estava nas ruas: não teria sido o caso de que venha a se reduzir a maioridade penal?
- (C) Mesmo porque não é reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes terá deixado de existir.
- (D) Seria natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cercar, concorde com tudo o que soasse como solução drástica para o problema.
- (E) Nada haveria de impedir que os bandidos passassem a recrutar um contingente mais jovem, o que, aliás, já vem ocorrendo em algumas situações.
- 
7. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Deduz-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constituem um dever do Estado.
- (B) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que age com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constitui um dever do Estado.
- (C) Deduzem-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos é quem agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, devem constituir um dos deveres do Estado.
- (D) Deduz-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos age com racionalidade; cabe ao Estado cuidar da formação dos adolescentes, tratem-se de infratores ou não.
- (E) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; quanto ao Estado, estão entre os seus deveres a formação dos adolescentes, infratores ou não.
- 
8. Está clara, coerente e correta a redação do seguinte período:
- (A) É função de um editorial representar a opinião do periódico, razão pela qual não costumam vir assinados, mesmo quando se aborde questões polêmicas como a tratada no texto.
- (B) É sabido que o recrutamento de jovens delinquentes oferece como causa a minoridade penal, que se determina por um tratamento mais brando, ao contrário do que seria dispensado a aqueles mesmos que os recrutaram.
- (C) A necessidade de se promoverem políticas públicas de inclusão social não pode ser esquecida, no momento em que se debatem as complexas questões atinentes à redução da maioridade penal.
- (D) Ainda que venham a ocorrer proximamente, a profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança, nada nos garante que seus efeitos se processariam a despeito de uma indezível morosidade.
- (E) Convocados para “puxar o gatilho”, os jovens são regimentados por bandidos que disso se aproveitam para auferir o benefício das sanções mais brandas, previstas para quem está abaixo da maioridade penal.
- 
9. Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.
- Mantém-se, com correção e clareza, o sentido da frase acima, em:
- (A) Não será encarcerando adolescentes e crianças que esse triste panorama poderá mudar; é preciso oferecer-lhes condições para escapar da criminalidade.
- (B) Oferecendo condições para escapar da criminalidade, e não encarcerando adolescentes e crianças, é que esse triste panorama poderá mudar.
- (C) Esse triste panorama não poderá mudar sem lhes oferecer condições para escapar da criminalidade, simplesmente encarcerando adolescentes e crianças.
- (D) Não será encarcerando adolescentes e crianças, sem que se lhes ofereça condições para escapar da criminalidade, que deixarão de mudar esse triste panorama.
- (E) Não encarcerar adolescentes e crianças, a menos que se lhes ofereça condições para escapar da criminalidade: eis o que é preciso para esse triste panorama mudar.
- 
10. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:
- (A) Os delitos onde ocorre a participação de menores costumam causar maior escândalo diante da opinião pública.
- (B) A mais grave sanção à qual se pode estender a um menor é a de reclusão, cujo o período máximo é o de três anos.
- (C) A atividade criminosa, pela qual muitos menores são compelidos, é promovida por maiores de idade, com os quais a penalização é muito mais severa.
- (D) Se a repressão policial é uma medida da qual não se pode abrir mão, a inclusão social é um desafio para o qual não se pode fazer vista grossa.
- (E) A redução da maioridade penal, na qual há tantos defensores, pode ser uma medida inócua, pela qual muitos venham a se arrepender.
- 
11. O elemento sublinhado tem, no contexto da frase em que se apresenta, o mesmo sentido da expressão entre parênteses, em:
- (A) Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. (**conquanto possa ser juvenil**)
- (B) Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. (**mesmo que assim seja**)
- (C) Mesmo porque não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. (**não obstante isso**)
- (D) É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. (**impõe-se assim estar promovendo**)
- (E) Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças – o que, aliás, já ocorre em algumas situações. (**fato que, seja dito**)

<p>12. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas no contexto da frase:</p> <p>(A) Deteriam-se os jovens infratores no caso de que visse a ser reduzida a maioria penal, ou, pelo contrário, haveria-se de aumentar ainda mais esse tenebroso contingente?</p> <p>(B) Tudo o que advier das medidas que se impõem no âmbito da educação concorrerá para a inclusão social desses jovens, providência que não mais se pode procrastinar.</p> <p>(C) Inclue-se, entre as medidas a serem tomadas, a habilitação profissional dos jovens carentes, para que todos nos redimamos do abandono a que os vimos relegando.</p> <p>(D) Os delitos dos jovens não provêm do nada; enraízam-se no solo fértil da criminalidade, num país em que tantas vezes o delinquente impune vira astro da mídia.</p> <p>(E) A menos que se refrêem as ações dos bandidos adultos, os jovens desamparados haverão de encontrar arrimo em quem os alicie para as práticas criminosas.</p>	<p>15. Ambos os verbos indicados entre parênteses adotarão obrigatoriamente uma forma do <b>plural</b> para preencherem, de modo correto, as lacunas da frase:</p> <p>(A) Não se ..... (<b>dever</b>) esperar das autoridades policiais qualquer medida que combata na raiz as causas que qualquer um de nós ..... (<b>poder</b>) atribuir às omissões da sociedade.</p> <p>(B) Para fatos brutais, como o assassinato do casal de namorados, não ..... (<b>concorrer</b>) causa isolada, ou aleatória; o que os ..... (<b>motivar</b>) é um conjunto de fatores sociais.</p> <p>(C) Quando a todos ..... (<b>convir</b>) eliminar de vez a violência, a todos ..... (<b>sensibilizar</b>) a adoção de reformas profundas na vida social.</p> <p>(D) Mesmo se ..... (<b>vir</b>) a se reduzir pela metade, os índices de violência ..... (<b>haver</b>) de refletir um quadro absolutamente escandaloso.</p> <p>(E) Parece que já não nos ..... (<b>impressionar</b>), a nós todos, tal estatística de violências banalizadas; será preciso que nos ..... (<b>alcançar</b>), a cada um de nós, a dor da tragédia?</p>
<p>13. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, está inteiramente correto o seguinte período:</p> <p>(A) Se à boa parte de nossa imprensa interessa a divulgação de crimes cometidos por jovens, somente a uma pequena parcela dos jornalistas interessa a discussão das questões que se ligam à essa faixa de delinquência.</p> <p>(B) Não convém à parcela mais privilegiada da sociedade imaginar-se imune à toda e qualquer modalidade de tragédia; a violência a atingirá, a despeito das guaritas, dos portões eletrônicos, dos vigias a postos.</p> <p>(C) Todo jovem infrator, tenha ou não consciência disso, aspira à inclusão social, quer ascender a posições mais dignas, elevar-se a uma condição semelhante àquela em que vivem os jovens da classe média.</p> <p>(D) Muito se comenta, a boca pequena, a respeito da vantagem da pena de morte, extensiva a criminalidade juvenil, à despeito do que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, que convoca todos os setores sociais à tarefa da formação integral dos jovens.</p> <p>(E) Não se impute a polícia à situação de violência em que vivemos; se falta àquela participação maior no combate a criminalidade, falta à adolescência pobre qualquer sinalização de efetiva dedicação das autoridades à solução dos problemas.</p>	<p>16. NÃO é um tipo de <i>hardware</i> considerado como dispositivo multimídia:</p> <p>(A) placa de captura de vídeo.</p> <p>(B) placa de som.</p> <p>(C) caixas acústicas.</p> <p>(D) <i>scanner</i>.</p> <p>(E) microfone.</p>
<p>14. Considerando-se o contexto da frase dada, tem sentido <b>causal</b> o segmento sublinhado em:</p> <p>(A) É natural que o cidadão, <u>acuado pela obscena violência que o cerca</u>, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema.</p> <p>(B) A participação de um menor no delito <u>torna o caso ainda mais dramático</u>.</p> <p>(C) Que isso seja assim <u>não justifica o abandono do princípio</u>.</p> <p>(D) Nada impedirá <u>que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem</u>.</p> <p>(E) Mesmo porque não será reduzindo a maioria penal <u>que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir</u>.</p>	<p>17. Na troca de mensagens pela Internet, entre dois usuários de empresas diferentes, os servidores Web responsáveis pela comunicação estão localizados</p> <p>(A) nos computadores dos provedores de acesso.</p> <p>(B) nos computadores da Intranet de cada empresa.</p> <p>(C) nos computadores dos usuários envolvidos.</p> <p>(D) no computador do usuário remetente.</p> <p>(E) no computador do usuário destinatário.</p> <p>18. Para acessar mais rapidamente arquivos ou pastas pode-se utilizar, na área de trabalho do Windows, ícones de atalho identificados</p> <p>(A) com o formato de uma pasta aberta.</p> <p>(B) com o desenho de uma lupa sobre os ícones.</p> <p>(C) com uma seta no canto inferior esquerdo.</p> <p>(D) por uma figura única que representa atalho.</p> <p>(E) necessariamente com a palavra <i>atalho</i>.</p> <p>19. O comando "desfazer", utilizado pelos editores de texto, normalmente executa a operação de</p> <p>(A) apagar caracteres, por meio das teclas <i>delete</i> ou <i>backspace</i>.</p> <p>(B) apagar caracteres, somente por meio da tecla <i>delete</i>.</p> <p>(C) apagar caracteres, somente por meio da tecla <i>backspace</i>.</p> <p>(D) substituir a última ação realizada.</p> <p>(E) voltar às ações realizadas.</p> <p>20. Dadas as células de uma planilha eletrônica:</p> <p>A1 = 8, B1 = 32 e C1 = 4</p> <p>O valor resultante na célula D1, que contém a fórmula <math>A1+B1/C1^2</math>, será</p> <p>(A) 2,5</p> <p>(B) 10</p> <p>(C) 72</p> <p>(D) 100</p> <p>(E) 256</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Dentre outros, são considerados *atributos e requisitos* dos atos administrativos, respectivamente, a

- (A) presunção de veracidade e a finalidade; e o objeto e a imperatividade.
- (B) imperatividade e o sujeito; e o motivo e a competência.
- (C) competência e a auto-executoriedade; e a forma e a presunção de legitimidade.
- (D) tipicidade e a presunção de veracidade; e a finalidade e o objeto.
- (E) exigibilidade e o motivo; e o sujeito e a tipicidade.

22. Em matéria de discricionariedade, é INCORRETO afirmar que

- (A) o âmbito da atuação discricionária da Administração Pública é muito restrito e seus aspectos não estão vinculados à lei.
- (B) a fonte da discricionariedade é a própria lei; aquela só existe nos espaços deixados por esta.
- (C) ela existe quando a lei expressamente a confere à Administração Pública.
- (D) ela também aparece quando a lei é omissa, por não ser possível prever todas as situações supervenientes à sua promulgação.
- (E) ela está presente quando a lei prevê determinada competência, mas não estabelece a conduta a ser adotada.

23. No que tange às espécies de ato administrativo, é certo que

- (A) a homologação é ato bilateral, discricionário e se realiza *a priori*.
- (B) o parecer é um ato que pode ser facultativo, obrigatório e vinculante.
- (C) a permissão, em sentido amplo, é ato bilateral, vinculado e sempre oneroso.
- (D) a licença é ato unilateral, discricionário e constitutivo de direito.
- (E) a dispensa é ato discricionário, podendo ser unilateral ou bilateral.

24. Considere as assertivas:

- I. A vacância de cargo público decorrerá também de posse em outro cargo inacumulável e de readaptação.
- II. Entre outras situações, a demissão de ofício dar-se-á quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
- III. Entre outros casos, a exoneração de ofício dar-se-á quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- IV. A promoção de cargo em comissão ocorre sempre a pedido do próprio servidor e não a juízo da autoridade competente.

São corretas APENAS

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

25. Tendo em vista os direitos do servidor público, quanto ao vencimento e à remuneração, é certo que

- (A) o vencimento e a remuneração poderão ser objeto de arresto ou de penhora em qualquer ação judiciária, se o servidor agiu com fraude.
- (B) as faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou força maior serão sempre compensadas, mas não serão consideradas como de efetivo exercício.
- (C) são vedados os descontos incidentes sobre a remuneração ou proventos, salvo aqueles decorrentes de imposição legal ou a critério da Administração Pública.
- (D) a não-quituação do débito com o erário de servidor que for exonerado, implicará, de regra, no envio de seu nome para os órgãos de proteção ao crédito.
- (E) poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, mediante autorização do servidor, e a critério da Administração, com reposição de custos.

26. Leonardo, analista judiciário da especialidade de execução de mandados, ausentou-se intencionalmente do serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, enquanto que Henrique, técnico judiciário da área administrativa, faltou ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta dias), interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses. Esses casos dão causa à demissão dos dois servidores, ambos do Tribunal Regional do Trabalho, porque caracterizam, respectivamente,

- (A) insubordinação grave e inassiduidade habitual.
- (B) inassiduidade habitual e insubordinação grave em serviço.
- (C) improbidade administrativa e abandono de cargo.
- (D) abandono de cargo e inassiduidade habitual.
- (E) abandono de cargo e improbidade administrativa.

<p>27. O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, salvo, nas hipóteses e na forma estabelecidas em lei, por ordem</p> <p>(A) judicial, na instrução processual de qualquer natureza, a critério do Juiz.</p> <p>(B) do Juiz, na instrução processual criminal, ou do Promotor de Justiça, na investigação criminal e no inquérito civil.</p> <p>(C) judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual criminal.</p> <p>(D) do Juiz, na instrução processual criminal, ou da Autoridade Policial, na investigação criminal.</p> <p>(E) do Juiz, na instrução processual criminal ou civil, do Promotor de Justiça, na investigação criminal, e do seu Presidente, na Comissão Parlamentar de Inquérito.</p>	<p>30. É INCORRETO afirmar que entre os bens da União incluem-se</p> <p>(A) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.</p> <p>(B) os potenciais de energia hidráulica.</p> <p>(C) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.</p> <p>(D) os rios que banhem mais de um Estado.</p> <p>(E) as terras ao longo das fronteiras terrestres, com largura de cento e cinquenta quilômetros.</p>
<p>28. Considere:</p> <p>I. A casa é o asilo inviolável do indivíduo e nela só se pode penetrar à noite excepcionalmente, como, por exemplo, por determinação judicial.</p> <p>II. São asseguradas às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.</p> <p>III. Ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.</p> <p>IV. Não deve haver juízo ou tribunal de exceção, razão pela qual os Tribunais de Justiça não podem designar juízes com competência exclusiva para questões agrárias.</p> <p>Segundo a previsão constante da Constituição Federal, são corretos APENAS</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>31. A Administração Pública deve observar que, segundo o comando constitucional,</p> <p>(A) a investidura em todos os cargos ou empregos públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.</p> <p>(B) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.</p> <p>(C) é garantido ao servidor público o direito à associação sindical, nos termos e limites definidos em lei específica.</p> <p>(D) os vencimento dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.</p> <p>(E) somente por lei específica podem ser criadas a autarquia, a empresa pública, a sociedade de economia mista e a fundação pública, assim como suas subsidiárias.</p>
<p>29. Quanto à aquisição da nacionalidade brasileira por estrangeiros, é correto afirmar que aos estrangeiros originários de</p> <p>(A) países de língua portuguesa exige-se apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.</p> <p>(B) Portugal nada se exige, visto que eles são, assim que residentes, automaticamente considerados brasileiros naturalizados.</p> <p>(C) qualquer país exige-se a residência há mais de dez anos e ausência de condenação criminal.</p> <p>(D) qualquer país a naturalização é automática, desde que tenham contribuído com seu trabalho para o desenvolvimento nacional por mais de trinta anos.</p> <p>(E) qualquer país, desde que tenham filho brasileiro, a naturalização é concedida automaticamente e não mais podem ser extraditados.</p>	<p>32. Considere:</p> <p>I. São estáveis após três anos de exercício todos os servidores nomeados para cargo ou função pública.</p> <p>II. O servidor público estável pode perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.</p> <p>III. O servidor público estável pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.</p> <p>IV. Não tem efeito suspensivo a sentença judicial que decreta a perda do cargo de servidor estável, sendo aplicável imediatamente, desde que assegurada ampla defesa.</p> <p>Quanta à estabilidade do servidor público, APENAS são corretos</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>

<p>33. Uma ação declaratória de constitucionalidade de lei federal mereceu julgamento definitivo de procedência pelo Supremo Tribunal Federal. Essa decisão produz eficácia</p> <p>(A) parcial, visto que atinge quem a propôs, mas não produz efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.</p> <p>(B) parcial, visto que seus efeitos estendem-se a quem a propôs, embora a ela se vinculem todos os órgãos do Poder Judiciário.</p> <p>(C) contra todos, mas não vincula os demais órgãos do Poder Judiciário, embora os do Poder Executivo se vinculem a ela.</p> <p>(D) contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.</p> <p>(E) contra todos, mas não vincula os órgãos do Poder Executivo, embora os demais do Poder Judiciário se vinculem a ela.</p>	<p>36. Considere:</p> <p>I. As ajudas de custo e diárias para viagem pagas ao empregado integram o salário quando excederem de 50% do valor deste.</p> <p>II. As gorjetas integram o salário do empregado apenas e tão-somente quando dadas espontaneamente pelos clientes.</p> <p>III. Considera-se salário-utilidade o fornecimento de habitação coletiva.</p> <p>IV. O uniforme fornecido pelo empregador ao empregado para ser utilizado no local de trabalho não é considerado salário.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) IV.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) I e IV.</p>
<p>34. O descanso semanal remunerado poderá ser concedido em outro dia que não o domingo, por motivo de</p> <p>(A) conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, desde que haja permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.</p> <p>(B) conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, sempre subordinado à permissão prévia das autoridades municipais.</p> <p>(C) interesse do empregado, desde que haja autorização da Secretaria da Saúde.</p> <p>(D) força maior, se houver permissão prévia das autoridades municipais.</p> <p>(E) conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, sendo desnecessária qualquer permissão prévia de autoridade, haja vista a previsão legal.</p>	<p>37. No curso do aviso prévio dado pelo empregador ao empregado, este registra sua candidatura a cargo de representação sindical. Nessa hipótese,</p> <p>(A) o registro da candidatura não afeta o aviso prévio, pois não se reconhece a aquisição de estabilidade nesse período.</p> <p>(B) interrompe-se o aviso prévio, que voltará a correr, pelo prazo restante, na hipótese de o empregado não ser eleito.</p> <p>(C) suspende-se o aviso prévio, que será reiniciado na hipótese de o empregado não ser eleito.</p> <p>(D) o aviso prévio fica sem efeito, pois a estabilidade do dirigente sindical se inicia com o registro de sua candidatura.</p> <p>(E) o registro da candidatura dependerá de parecer do Ministério Público do Trabalho para ter validade.</p>
<p>35. Celebrado contrato de trabalho por escrito e devidamente anotado na Carteira de Trabalho do empregado, verificou-se omissão quanto à estipulação das tarefas a serem executadas pelo empregado. Nessa hipótese, considera-se que o empregado obrigou-se a executar</p> <p>(A) todo e qualquer serviço que lhe atribuir o empregador.</p> <p>(B) todo e qualquer serviço que não seja insalubre nem perigoso.</p> <p>(C) apenas os serviços diretamente relacionados à atividade-fim da empresa.</p> <p>(D) os mesmos serviços que executam os demais empregados de sua categoria profissional.</p> <p>(E) todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal.</p>	<p>38. Aplica-se a convenção coletiva de trabalho</p> <p>(A) a todos os trabalhadores e empregadores localizados na base territorial dos sindicatos convenentes.</p> <p>(B) às relações individuais do trabalho, no âmbito dos sindicatos convenentes.</p> <p>(C) apenas aos trabalhadores sindicalizados membros da categoria profissional representada pelo sindicato profissional.</p> <p>(D) aos empregadores de categoria econômica que inclua trabalhadores representados pelo sindicato convenente obreiro, ainda que o sindicato representante desses empregadores não tenha celebrado a convenção.</p> <p>(E) aos trabalhadores membros de associação não-sindical que tenham sido representados por ela na convenção.</p>

<p>39. Para fazer jus a 30 dias de férias, o empregado deverá ter trabalhado pelo período de 12 meses,</p> <p>(A) independentemente do número de faltas que tenha tido.</p> <p>(B) sem nenhuma falta ao serviço.</p> <p>(C) podendo ter faltado até 05 vezes nesse período.</p> <p>(D) podendo ter faltado até 07 vezes nesse período.</p> <p>(E) sem ter faltado mais de três dias consecutivos ao serviço.</p>	<p>43. Uma empresa sediada em São Paulo contrata um engenheiro no Rio de Janeiro, onde mantém um escritório, para trabalhar em Manaus. Havendo rescisão e pretendendo o empregado ajuizar reclamação trabalhista, o foro competente para o ajuizamento da ação será o de</p> <p>(A) São Paulo ou Rio de Janeiro.</p> <p>(B) São Paulo ou Manaus.</p> <p>(C) São Paulo ou Brasília.</p> <p>(D) Manaus ou Brasília.</p> <p>(E) Rio de Janeiro ou Manaus.</p>
<p>40. Um empregado que cumpre a jornada de trabalho das 08:00 às 12:00 horas, ao receber aviso prévio, poderá</p> <p>(A) optar entre cumprir jornada reduzida de 2 horas ou faltar um dia ao serviço.</p> <p>(B) optar entre cumprir jornada reduzida de 2 horas ou faltar 7 dias consecutivos ao serviço.</p> <p>(C) optar entre cumprir jornada reduzida de 1 hora ou faltar um dia ao serviço.</p> <p>(D) cumprir jornada reduzida de 2 horas ou faltar 7 dias consecutivos ao serviço, a critério do empregador.</p> <p>(E) cumprir jornada reduzida de 1 hora ou faltar um dia ao serviço, a critério do empregador.</p>	<p>44. A conciliação deve ser tentada, sob pena de nulidade do feito,</p> <p>(A) apenas antes do oferecimento da defesa pelo réu.</p> <p>(B) somente após o oferecimento da defesa pelo réu.</p> <p>(C) depois do julgamento do feito.</p> <p>(D) antes do oferecimento da defesa pelo réu e antes do julgamento do feito.</p> <p>(E) após o oferecimento da defesa pelo réu e após o julgamento do feito.</p>
<p>41. A Constituição Federal prevê expressamente o direito ao salário-família para o trabalhador</p> <p>(A) que seja casado.</p> <p>(B) que possua dependente.</p> <p>(C) que tenha filho com idade inferior a 12 anos.</p> <p>(D) de baixa renda, que possua filhos menores.</p> <p>(E) de baixa renda, que possua dependente.</p>	<p>45. Um reclamante ajuíza ação trabalhista, alegando ter sido imotivadamente despedido e postulando o pagamento das verbas rescisórias. Em defesa, a reclamada afirma que a despedida foi por justa causa, em virtude de falta grave cometida pelo empregado. Nessa hipótese, o réu opôs fato</p> <p>(A) extintivo do direito do autor.</p> <p>(B) impeditivo do direito do autor.</p> <p>(C) modificativo do direito do autor.</p> <p>(D) que exige prova negativa.</p> <p>(E) que exige prova emprestada.</p>
<p>42. Identifique, dentre as hipóteses abaixo, aquela em que o direito processual comum NÃO pode ser aplicado ao processo do trabalho.</p> <p>(A) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.</p> <p>(B) Quando, por vários meios, o reclamante puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para a empresa.</p> <p>(C) O recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.</p> <p>(D) A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas processuais e os honorários advocatícios.</p> <p>(E) O edital de praça deverá mencionar a existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre os bens a serem arrematados.</p>	<p>46. Considere:</p> <p>I. A execução da sentença pode ser promovida <i>ex officio</i> pelo Juiz.</p> <p>II. A liquidação dos créditos previdenciários será feita em autos apartados.</p> <p>III. Na liquidação, não é possível modificar ou inovar a sentença nem discutir matéria pertinente à causa principal.</p> <p>IV. As partes têm o prazo de 20 (vinte) dias para impugnar, fundamentadamente, a conta de liquidação.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>

<p>47. O recurso a ser interposto contra decisão que, na execução, julgou improcedentes os Embargos de Terceiro, é o</p> <p>(A) Recurso Ordinário.  (B) Recurso de Revista.  (C) Agravo Regimental.  (D) Agravo de Instrumento.  (E) Agravo de Petição.</p>	<p>51. Não se beneficiará do disposto na lei que prevê a impenhorabilidade do bem de família aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga. Neste caso, o juiz poderá,</p> <p>(A) na respectiva ação do credor, transferir a impenhorabilidade para a moradia familiar anterior, ou anular-lhe a venda, liberando a mais valiosa para execução ou concurso, conforme a hipótese.</p> <p>(B) na respectiva ação do credor, apenas transferir a impenhorabilidade para a moradia familiar anterior, sendo-lhe vedado anular a venda, que poderá ser pleiteada em processo autônomo.</p> <p>(C) na respectiva ação do credor, apenas anular-lhe a venda, sendo-lhe vedado transferir a impenhorabilidade para a moradia familiar anterior, que poderá ser pleiteada em processo autônomo.</p> <p>(D) na respectiva ação do credor, apenas revogar a venda, sendo-lhe vedado transferir a impenhorabilidade para a moradia anterior ou anular a venda.</p> <p>(E) de ofício, mesmo sem a propositura de ação pelo credor, determinar a anulação da venda ou transferência da impenhorabilidade para a moradia familiar anterior.</p>
<p>48. A garantia da execução poderá ser feita</p> <p>(A) pelo depósito do valor da condenação ou pela nomeação de bens à penhora.  (B) pelo requerimento, dirigido ao escrivão ou chefe de Secretaria, para que emita guia de depósito.  (C) pelo depósito do valor da condenação ou pela arrematação do bem penhorado.  (D) pela nomeação de bens à penhora ou pela emissão de guia para depósito.  (E) pela arrematação do bem penhorado ou pela nomeação de bens à penhora.</p>	<p>52. É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificção prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz, caso em que</p> <p>(A) deverá determinar que o requerente deposite o valor econômico da pretensão.  (B) poderá determinar que o requerente preste caução real, não se admitindo caução fidejussória.  (C) deverá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória.  (D) deverá determinar que o requerente preste caução real ou qualquer outra garantia.  (E) poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória.</p>
<p>49. As custas, no processo do trabalho, corresponderão a 2% do valor</p> <p>(A) do salário mínimo.  (B) do depósito recursal.  (C) da causa ou da condenação, a critério do juiz.  (D) da condenação e, quando não houver, do salário mínimo.  (E) da condenação e, quando não houver, da causa.</p>	<p>53. Serão representados em juízo, ativa e passivamente,</p> <p>(A) a herança vacante e jacente, por seu tutor.  (B) a sociedade sem personalidade jurídica, por seu curador.  (C) o Município, por seu Prefeito ou procurador.  (D) o Estado e o Distrito Federal, pelo seu Governador.  (E) a herança vacante e jacente, pelo Ministério Público.</p>
<p>50. A impenhorabilidade do bem de família é oponível no processo de execução, salvo se movido</p> <p>(A) em razão de créditos trabalhistas oriundos de reclamações trabalhistas de qualquer natureza, desde que transitadas em julgado, não existindo mais a possibilidade de interposição de qualquer recurso na esfera trabalhista.  (B) pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato.  (C) para a cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel, bem como decorrentes do não recolhimento devido do imposto de renda do respectivo proprietário.  (D) em razão de créditos trabalhistas oriundos de reclamações trabalhistas de qualquer natureza, ainda que não transitadas em julgado, existindo a possibilidade de interposição de recurso na esfera trabalhista.  (E) em razão de créditos oriundos do não pagamento de contribuições previdenciárias de qualquer natureza, desde que reconhecidos por sentença transitada em julgado.</p>	

<p>54. A respeito dos deveres das partes e dos seus procuradores, é INCORRETO afirmar que lhes compete</p> <p>(A) não produzir provas desnecessárias à defesa do direito.</p> <p>(B) expor os fatos em juízo conforme a verdade.</p> <p>(C) proceder com lealdade e boa-fé.</p> <p>(D) não alegar defesa que deveria saber ser destituída de fundamento.</p> <p>(E) não praticar atos inúteis.</p>	<p>58. A respeito do crime de prevaricação, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) não é imprescindível à sua configuração que o funcionário público esteja no exercício de suas atividades funcionais.</p> <p>(B) o intuito de satisfazer interesse pessoal pode ser patrimonial, material ou moral.</p> <p>(C) não pode ser sujeito ativo o síndico de falência, por exercer apenas um encargo público.</p> <p>(D) é necessário que o funcionário seja responsável pela função relacionada ao fato que deixou de praticar.</p> <p>(E) não o comete o funcionário público que deixa culposamente, por negligência, de praticar ato de ofício.</p>
<p>55. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Não se exercita a jurisdição para responder questões abstratas e puramente teóricas, sendo necessário que a parte tenha interesse de agir.</p> <p>II. O interesse do autor pode limitar-se à declaração de existência ou inexistência de relação jurídica.</p> <p>III. Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.</p> <p>IV. O juiz poderá prestar tutela jurisdicional, independentemente de requerimento da parte ou do interessado.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>59. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Comete o crime de advocacia administrativa quem, valendo-se da qualidade de funcionário público, pleiteia, junto a superiores hierárquicos, interesse particular próprio perante a administração pública.</p> <p>II. O crime de abandono de função, consistente em abandonar cargo público fora dos casos permitidos em lei, somente é punível a título de dolo.</p> <p>III. O crime de violação de segredo funcional caracteriza-se com a mera revelação do segredo a terceiro, independentemente de qualquer resultado lesivo, exigindo-se apenas a potencialidade de dano.</p> <p>IV. O crime de concussão se caracteriza com a mera solicitação de vantagem indevida pelo funcionário público.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>56. Paulo reteve a documentação pessoal de sua empregada doméstica, que havia pedido demissão, visando impedi-la de desligar-se do seu emprego. Nesse caso, Paulo praticou o crime de</p> <p>(A) atentado contra a liberdade de contrato de trabalho.</p> <p>(B) atentado contra a liberdade de trabalho.</p> <p>(C) frustração de direito assegurado por lei trabalhista.</p> <p>(D) atentado contra a liberdade de associação.</p> <p>(E) boicotagem violenta.</p>	<p>60. No que tange ao conceito de funcionário público, como autor de crime contra a administração pública, para os efeitos penais, é certo que</p> <p>(A) não está incluído quem exerce função pública sem remuneração.</p> <p>(B) quem exerce função pública transitória não é funcionário público.</p> <p>(C) a pena será agravada quando for ocupante de cargo em comissão.</p> <p>(D) não é abrangido quem exerce emprego em entidade paraestatal.</p> <p>(E) não é considerado quem trabalha em empresa pública.</p>
<p>57. Pedro, funcionário público competente, estava de posse de mandado de citação. Procurou o réu e exigiu a quantia de R\$ 1 000,00 para não citá-lo. O réu avisou a polícia e Pedro foi detido sem receber a quantia exigida. Nesse caso, Pedro</p> <p>(A) praticou o crime de corrupção passiva.</p> <p>(B) cometeu crime de concussão.</p> <p>(C) cometeu o delito de prevaricação.</p> <p>(D) não cometeu crime, pois não chegou a receber a vantagem exigida.</p> <p>(E) praticou o delito de corrupção ativa.</p>	